

Medo Social: dilemas cotidianos¹

Luzia Fátima Baierl*

Resumo

O presente artigo busca apontar os eixos centrais tratados em nossa tese de doutorado orientada pela professora doutora Márcia Regina da Costa. Tem como objetivo identificar os medos sociais vividos no cotidiano como resultantes da forma como a violência urbana se expressa e se manifesta na atualidade. No percurso teórico metodológico adotado, identificaram-se dois personagens centrais que povoam o imaginário das pessoas: o traficante e o policial. Foram dois personagens identificados como aqueles que provocam medo nas pessoas, alterando suas formas de ser e viver na cidade.

Abstract

This article aims at central subjects dealt with in our doctoral thesis guided by professor Dr. Marcia Regina da Costa. It aims to identify everyday social fears as a result of the urban violence shown today. During the theoretical methodological was used two main characters were identified: the drug pushier and the police man as those who provoke fear in people, changing the way they behave and live in the city.

Introdução

O presente artigo aponta as idéias centrais presentes em nossa tese de doutorado, orientada pela professora doutora Márcia Regina da Costa, com quem iniciei meus estudos sobre a violência, em 1994, por meio de pesquisa institucional da PUC-SP em parceria com o CDHEP (Centro de Educação Popular de Campo Limpo). A pesquisa na época, intitulada *Em Defesa da Vida*² contou com a participação das professoras Isaura Isoldi de Melo Castanho e Oliveira, Márcia Regina da

¹ O presente trabalho refere-se às idéias tratadas em nossa tese de doutoramento Personagens e enredos de cenas de violência e medo na cidade de Santo André (SP), defendida na PUC-SP em agosto de 2004, sob orientação da professora doutora Márcia Regina da Costa, publicada posteriormente, pela Editora Cortez com o título Medo Social: da violência visível ao invisível da violência.

* Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, professora da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP e co-coordenadora do Núcleo Temático Justiça e Violência da PUC-SP. E-mail: baierl@uol.com.br

² A pesquisa em questão utilizou-se como metodologia a pesquisa na ação, envolvendo lideranças populares na elaboração de diárias de campo que visavam identificar o perfil das pessoas que morriam por homicídios.

Costa e Luzia Fátima Baierl. A pesquisa em questão além dos resultados que propiciaram a identificação dos homicídios na zona sul de São Paulo, perfil das vítimas, possibilitou também, dada a metodologia escolhida no trabalho, entendida de pesquisa na ação, a instituição do *Movimento em Defesa da Vida em São Paulo*. Por outro lado, o contato com a temática da violência, instigou os participantes da equipe, não só os professores como alunos de graduação a continuarem suas temáticas de estudo dentro desse campo. Instigava-nos na época, o medo vivido pelas pessoas que convivem cotidianamente com a violência urbana, o tráfico e o número elevado de homicídios. Portanto, a partir dessa pesquisa, e estimulada fortemente pela professora Márcia passamos a aprofundar o estudo da violência urbana visto que tal temática está presente no cotidiano da prática do assistente social, e vinha sendo pouco pensada no âmbito de nossa profissão. A partir de então, criamos na faculdade de serviço social o Núcleo Temático Justiça e Violência que tem como objetivo aprofundar essas questões no âmbito da profissão de maneira interdisciplinar, envolvendo alunos da graduação e supervisores de campo. É nesse caldo que formatamos o tema de nossa tese de doutorado, que teve como objeto central o medo social, tendo como orientadora a professora Márcia Regina da Costa, que ao longo de todo o processo nos instigava, estimulava e questionava sobre os caminhos que estávamos percorrendo. Procuraremos a seguir tratar das questões centrais que povoaram o caminho de nossa tese.

Embora a prática profissional do assistente social tenha como matéria-prima o cotidiano das pessoas e famílias que vivem em situações de vulnerabilidade social e pessoal, em territórios da cidade considerados violentos, a violência aparece como exterior e alheia ao fazer do profissional, ocupando pouco espaço nas reflexões e estudos do serviço social. É objetivo precípua deste trabalho, identificar as diferentes manifestações de medo e a forma como a violência se expressa na cidade de Santo André, município da Grande ABC paulista, afetando moradores e profissionais em sua vida cotidiana. Buscou-se decifrar a trama de relações tecidas entre os diferentes personagens que

compõem os enredos e cenas de violência da cidade, e que desencadeiam medos nas pessoas e profissionais, afetando profundamente suas maneiras de ser e viver.

Caldeira (2000) afirma que a violência e o medo combinam processo de mudanças, alterando a arquitetura urbana segregando e discriminando grupos sociais em enclaves fortificados. Esses novos processos vêm modificando significativamente as formas de sociabilidade e o cotidiano das pessoas, quer nos seus espaços de moradia, quer nos seus espaços ocupacionais de trabalho. Desta forma buscamos explicar a teia de relações tecidas nos espaços de moradia, territórios demarcados por outras lógicas que não as instituídas legalmente e que, potencializadas pelo medo – decorrente de ações violentas e intimidações tanto de policiais como de traficantes – dificultam ou limitam as formas de sociabilidade e, conseqüentemente, as ações coletivas para enfrentamento à questão da violência.

Quanto aos instrumentos de pesquisa, priorizou-se a coleta de dados qualitativos e quantitativos sobre violência, medo e criminalidade, como se utilizou de entrevistas semi-estruturadas, com sujeitos escolhidos intencionalmente³, a partir de critérios entendidos como relevantes e que garantissem a representatividade: representantes do poder executivo e legislativo, policiais, traficantes, moradores comuns de favelas, lideranças de movimentos sociais, profissionais de organizações públicas e privadas. As entrevistas realizadas demonstraram a dificuldade e o medo das pessoas em exporem suas idéias e sentimentos. As situações de entrevista foram momentos envolventes, em que as pessoas, depois de sentirem mais confiança, expressavam sentimentos e principalmente seus medos. A cada entrevista realizada sentíamos-nos profundamente afetados pela fala, muitas vezes pela dor e sofrimento que elas revelavam, e principalmente

³ Foram realizadas 20 entrevistas, sendo que duas delas foram entrevistas grupais (uma com um grupo de Rap de uma unidade de favela e outra com um grupo de 25 crianças e adolescentes de uma das favelas que participam de um projeto de percussão), e foi realizada uma entrevista em dupla com evangélicos.

por uma narração quase sem saída em que a impotência era o sentimento gerador que alimentava a conversa. Foram momentos importantes entre entrevistado e entrevistador. Trataram-se sim de uma conversa “entre-vistas” – olho no olho –, onde cada um tentava revelar-se ao outro. Foram momentos de reflexão mútua buscando construir uma lógica ao discurso nada linear que era proferido pelas pessoas. O caminho metodológico escolhido envolveu relatos de vida, que permitiu colher dados e experiências dos sujeitos e de uma coletividade. Permitiu identificar o olhar e a interpretação das pessoas sobre o medo e a violência e como esses afetam sua vida cotidiana. Embora relatada individualmente ou em grupos, como experiências singulares, permitiu extrair das narrativas àqueles elementos que faziam referência a outros sujeitos.

Buscou-se construir os cenários e os enredos constitutivos do medo social, através de leitura bibliográfica atualizada e de dados estatísticos⁴ sobre a criminalidade na realidade brasileira, no estado de São Paulo, na região do Grande ABC e, em particular, na cidade de Santo André, articulando-os a uma análise histórica, econômica e social do território, enfatizando as narrativas e histórias contadas pelos entrevistados. As contribuições de Espinosa e Marilena Chauí foram fundamentais para a construção das categorias teóricas de análise: medo social, violência e ética, ao lado das contribuições de José Machado Pais acerca do cotidiano e das noções tempo espaço, onde os contextos sociais e individuais se constroem.

Reafirmou-se que a violência é distribuída de forma desigual pelo tecido urbano e, conseqüentemente, os medos vividos também são diferenciados por segmentos e grupos de classes. Constatou-se que o cotidiano das pessoas e dos profissionais que atuam em áreas dominadas pelo tráfico e pela violência tem sido alterado e vivido em sobressaltos, colocando, a cada momento, dilemas éticos a serem administrados ou sublimados. Identificaram-se os pactos e as relações

⁴ Fontes de dados: Fundação Seade, Prefeitura Municipal de Santo André, Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 10^o Batalhão da Polícia Militar, Ministério da Saúde, Secretaria Municipal de Saúde da cidade de São Paulo.

ambíguas entre os traficantes e o conjunto das personagens nos diferentes papéis desempenhados na vida cotidiana e profissional, que acabam configurando novas formas de sociabilidade.

Os medos narrados e decifrados, que vem afetando as pessoas em sua existência, dando novos ritmos e sentidos ao seu cotidiano, mudando a arquitetura de suas casas, mudando trajetos e formas de ocupar a cidade e seus territórios é um medo singular-coletivo construído, seja ele passional ou racional, nas suas interações com as outras pessoas, em contextos individuais e sociais bem definidos. São as pessoas concretas (personagens do medo) que afetam com mais força as pessoas e coletividades, dando novos sentidos e significados a vida cotidiana e as formas de interagirem. Na trajetória de nossa pesquisa dois personagens reais se destacaram como responsáveis diretos pela propagação de violência e medo nas pessoas citados ao longo das entrevistas: o policial e o traficante.

Para os moradores dos chamados bairros de classe média a relação com o seu território de moradia é bem diferenciada dos que dos moradores dos bairros pobres e periféricos da cidade, e, conseqüentemente o medos sentidos e as formas de percepção e vivência de violências. O medo de ser assaltado ou roubado em casa, no portão, no farol, vem levando esses personagens a alterarem significativamente suas rotinas e ritmos diários: horários de sair e chegar, evitando circular ou transitar à noite pelas ruas e sozinhos; espera ansiosa de filhos ou outro parente no retorno de atividades noturnas; redução nas relações de vizinhança, entre outros. Bairros antes tidos como acolhedores - espaços de relações de sociabilidade -, onde as pessoas se conheciam e se sentiam seguras, realizando trocas - já não o são mais. Esse medo, de ser roubado ou furtado em casa ou nos faróis, é um medo que tem contrapartida no real⁵.

⁵ No ranking de roubos no estado de São Paulo, Santo André assume a classificação de segundo colocado nos anos de 1999 e 2002 perdendo respectivamente para Hortolândia, Campinas e São Paulo capital. E nos anos de 2000 e 2001 assumiu a classificação de 3º colocado. Quanto a roubos e furtos de veículos Santo André dividiu o 1º lugar com a cidade de São Caetano do Sul com uma média de 1.730 no ano de 2002.

Entretanto há no imaginário dos nossos entrevistados de classe média, um medo potencial de ser vítima de crimes fatais, ou de violências físicas em situações de roubos ou tentativas de estupros, e de seqüestros. Esse medo, diferente do medo de ter algo material roubado, não tem contrapartida nas experiências pessoais vividas e narradas ou nos dados estatísticos levantados⁶. É um medo proveniente do clima generalizado de insegurança e da forma como a violência vem sendo discutida e tratada, seja pelos órgãos públicos, seja pela mídia que tem um papel central como formadora de opinião. Esse tipo de afetação transtorna o ambiente e a vida cotidiana das pessoas. Alguns locais, antes freqüentados por alguns dos entrevistados, passaram a ser evitado por aparentarem serem espaços e ambientes altamente ameaçadores. Trata-se de um medo cíclico, motivado por situações reais conhecidas, principalmente através da mídia ou pela fala cotidiana do crime, independente da possibilidade real dele vir acontecer ou de ter sido vivenciado diretamente pela pessoa, familiares ou vizinhança. Trata-se de um medo imaginário, de algo difuso, mas que aparece como possibilidade real ao sujeito e ele passa acreditar nisso. É essa possibilidade imaginada como real - geradora de insegurança - que faz emergir um medo imaginário que conduz as pessoas a alterarem significativamente seus ritmos e a dinâmica da vida cotidiana, podendo gerar reações iguais ou mais violentas daquela imaginada. Isso alimenta e é alimentado por aquilo que denominamos “indústria do medo”⁷ e pela descrença nos sistemas de segurança pública legalmente instituídos. Nesse vácuo, as pessoas, começam se armar buscando formas de proteção privatizadas, ampliando a desconfiança em relação ao outro, num clima persecutório que se generaliza. Cria-se, assim, um clima em que a violência invisível vai ganhando forma alterando

⁶ No 1º trimestre de 2002 ocorreram na Grande São Paulo 224 latrocínios (roubo seguido de morte), 27 seqüestros, e 905 homicídios.

⁷ Indústria do medo é um dos negócios que mais cresce na atualidade que trata tanto da produção de equipamentos de segurança pessoal e patrimonial, como dos serviços de segurança privada, serviços de seguros pessoais e patrimoniais, aliado ao comércio de armas e serviços de proteção pessoal.

profundamente as formas de ser e viver na cidade e, conseqüentemente, as formas de sociabilidade.

Esse sentimento de insegurança, que desencadeia medos nas pessoas, não tem sido suplantado pelas ações e a presença da polícia em alguns bairros⁸. O policial, um dos personagens centrais de nossos enredos, aparece para a quase totalidade de nossos entrevistados de forma ameaçadora. A ameaça que o policial representa, tanto para moradores de bairros de classe média como de favelas, vincula-se ao papel social e profissional desempenhado por esses nas suas ações, articulada com a imagem de um sujeito truculento, arbitrário que não respeita os direitos humanos. Os nossos entrevistados, com formação universitária, ocupando postos de trabalho junto aos órgãos públicos e a liderança de movimento popular, relacionam essa truculência a experiências vividas enquanto militantes de movimentos sociais no período da ditadura. Relacionam a imagem do policial com a imagem da repressão e do controle social. Neste sentido, a imagem de experiências vividas em outros momentos e contextos históricos permanece como atual na presença do policial. Alia-se a isso, as imagens atuais vistas na televisão de ações da polícia, casos de ações totalmente indiscriminadas, seja junto a pessoas e grupos (em geral os mais empobrecidos), seja ação junto a rebeliões em presídios ou unidades da Febem, por exemplo. Este personagem não é vislumbrado, para esses entrevistados, como um sujeito que oferece e deveria oferecer segurança às pessoas, ao contrário, as narrativas expressam sim, medo e insegurança.

Já para os moradores de favelas e bairros precários da periferia, a ameaça que o policial representa, provocando medo e terror, diz respeito a situações reais vividas cotidianamente. Não se tratam de imagens ou de experiência vividas no passado longínquo ou ouvidas e vistas na “telinha”, embora essas tenham um papel significativo na disseminação

⁸ No decorrer da pesquisa identificamos um conjunto de ações tanto do executivo, como das policias militares e civis que contribuíram para reduzir índices de violência e criminalidade a partir do ano de 2001. No entanto, constatamos que se tratam de programas não articulados e integrados e que não conseguiram reduzir a sensação de medo e o clima de insegurança.

alimentadora do medo. Não se trata de um medo imaginário que não tenha contrapartida no real. Trata-se sim, de ações concretas vividas no cotidiano da favela onde os conflitos urbanos ganham visibilidade: invasão de domicílio, preconceito, discriminação, desrespeito, tiroteios, cobranças de propinas, agressão entre outros, vivenciadas pelos moradores, sejam eles criminosos ou não. O sentimento expresso pelos moradores é de ameaça, humilhação, discriminação, raiva, ódio, insegurança e de um medo assustador em relação ao policial. Para o morador de favela, a presença do policial é totalmente descartável. Aliás, a presença dele na área de favela é sinalizadora de possíveis conflitos, onde as vítimas podem ser qualquer um, indiscriminadamente. O medo em relação ao policial gera ao morador de favela a total descrença nos meios e instrumentos legais e legítimos de se fazer justiça e de se garantir o direito. Isso contribui sobremaneira, para que o “poder paralelo” do traficante – dono da área – se faça presente.

O medo do policial – e a ameaça que ele representa – é um medo singular-coletivo compartilhado pelos diferentes segmentos entrevistados. É o medo social instituído como instrumento de subjugar e ameaçar as pessoas, mantendo-as sob domínio e controle social. Trata-se do medo decorrente do poder fardado. É um medo que intimida, subjuga e oprime as pessoas, e relaciona-se com as forma de ameaça constante, baseado em interesses próprios e particulares de policiais, que utilizam o medo e o seu poder de polícia para extorquir ganhos dos criminosos e de moradores de favelas em troca de favores. Já, os moradores de bairros de classe média, demonstram esse medo de forma diferenciada. Trata-se do medo de sofrer agressões da polícia de forma indiscriminada e não ser respeitado em seus direitos de cidadania, ou seja, se envolver em conflitos para os quais não foi convidado. Aqui também a noção de não ser reconhecido em seus direitos, podendo também ser confundido com um marginal ou criminoso. No entanto, não faz parte do cotidiano destes últimos, as ameaças e o terror.

As cenas de violência narradas expressam sentimentos de abandono por parte dos moradores, em especial, dos moradores de favelas. Se sentem abandonados e esquecidos pelas políticas públicas. Se sentem excluídos da vida social e da sociedade de consumo. Se sentem discriminados pelo conjunto da sociedade. Se sentem inseguros. São exatamente esses sentimentos que possibilitam que o “traficante” de seu bairro (sua favela) se institua como seu protetor e seu protegido. Mesmo sendo ele criminoso mesmo estando ele vinculado a um conjunto de ações ilegais e ilícitas no espaço de seu domínio, ele se distingue dos personagens que representam a segurança pública e oficial.

Há nas interpretações e idealizações dos moradores de favelas e dos próprios profissionais que atuam nessas áreas, uma identificação maior com o personagem traficante. Isso soa, à primeira vista, de forma desconcertante, enigmática e caótica. Entretanto, todo enigma “*é portador latente de uma luminosidade, potencial revelador ou descritor do que está escondido ou do que é secreto*” (PAIS, 2003: 61). O que importa não é tanto o fato dos moradores e profissionais se identificarem mais com o personagem traficante nas áreas de favela, mas, sobretudo, como os processos de constituição dessa identificação se produzem. “*O que interessa é tomar os rumores como sondas que explorem (e confirmem) os limites dentre os quais o rumor circula, como um saber socialmente compartilhado*” (PAIS, 2003: 62). Entender essa passagem do obscuro para o claro é entender o processo de passagem do aparente para o essencial. É jogar luz nos escuros sociais, para melhor entender como esse cotidiano acontece – esse cotidiano clivado pelo medo da violência.

Essa identificação não se dá por concordarem com o conjunto de injustiças e ações ilegais que ele realiza. Ou ainda, por aceitarem cegamente as regras e normas por ele instituídas. As narrativas expressam a dor e o sofrimento vivido acompanhados de dilemas éticos. Esta identificação que denominamos como “*identificação simbiótica*” vai

se construído, pela total ausência de outros mecanismos de segurança (por parte do Estado) ou de respostas coletivas (por parte da comunidade), que permitam transformar o medo em esperança. Trata-se da reação possível, ao medo social construído, que é de uma entrega. E não se trata de uma entrega tão passiva assim, pois essa relação de identificação simbiótica envolve benefício para ambos, lógico que em proporções bem diferenciadas. O medo por ele disseminado e alimentado cotidianamente é dissimulado através do pseudo-acolhimento, pseudo-respeito e ajuda efetiva de forma paternalista que presta aos moradores e profissionais seja ela material ou simbólica.

Nas áreas onde conflitos urbanos ganham mais visibilidade, o papel do traficante é interpretado às vezes como o “bandido” e às vezes como “mocinho”. E essa interpretação, não está vinculada somente a sua figura, mas relaciona-se ao conjunto dos outros personagens: policiais, políticos, executivos, empresários, etc. Ele congrega em si, esses dois papéis, o que não significa que os outros personagens não façam o mesmo. Mas nele, esse duplo papel ganha expressividade, exatamente por que aqueles que deveriam desempenhar o papel de “mocinho” não têm de fato, apresentado uma boa “interpretação”. É exatamente essa duplicidade de papéis que alimenta e perpetua o ciclo de medo e cristaliza o seu poder nos territórios sobre seu comando. Mas, na fala do morador e dos profissionais, esse medo é suplantado e sublimado pelas mercadorias simbólicas e materiais que são trocadas nessa relação e pelo medo maior que os policiais representam. É emblemática a fala de uma moradora: *“prefiro confiar no traficante de minha favela e do meu bairro do que na polícia”*.

Nos espaços de favela, o medo vivido cotidianamente, decorre, pois diretamente de dois personagens, vinculados a conflitos reais que lá se produzem: conflitos entre traficantes e conflitos entre traficantes e polícia. Destes conflitos todos os moradores têm medo. E principalmente os profissionais que atuam dentro das áreas de favelas que, nesses momentos, não podem acessar o território e precisam suspender ações lá realizadas. Tratam-se daqueles momentos onde o

toque de recolher é declarado e deve ser respeitado. Portanto, o seu papel profissional, também não pode ser desempenhado adequadamente.

Os moradores das favelas têm um maior trânsito no seu território. Nestes as regras e normas de condutas a serem seguidas são explícitas e claras. O morador respeita os ritmos, regras e tempos definidos no seu espaço de moradia. Conhecer e ser conhecido ou reconhecido são elementos centrais da convivência cotidiana na favela e nos bairros populares. Por isso, transitar à noite na favela não é adequado, pois a falta de iluminação não permite ser reconhecido. Para isso, códigos próprios são criados - sinais convencionais e reconhecidos pelos moradores locais - são importantes: assobios, andar em grupos, andar de carro com farol baixo ou desligado são algumas das estratégias importantes de circulação noturna para os moradores locais. Pessoas estranhas, já não devem circular nesses horários. E mesmo de dia, o estranho deve circular acompanhado de alguém que lhe dê autorização para entrar. Lógico que essa autorização não é igual àquela de que precisamos para entrar em condomínios fechados, em que precisamos ser fotografados e falar o número de nossa identidade e somente depois do contato com o proprietário da moradia nossa autorização para entrada é permitida. No entanto, sem autorização do “dono da área” dificilmente acessamos locais em favelas. É fundamental, portanto, ter domínio e clareza das regras e códigos que indicam as formas de conduta e sociabilidade naquele espaço territorial. Tratam-se daqueles elementos do meio circundante que são relevantes para as pessoas se relacionarem e que podem condicionar e dar rotas às suas ações (PAIS: 2003). Não há, entretanto, um fatalismo, no sentido de que as pessoas sigam rigidamente as normas e regras como bússola de suas ações cotidianas. As regras e normas de condutas vivenciadas pelos indivíduos se mesclam com outros elementos que são relevantes para as pessoas, nas construções de outros contextos individuais e sociais. Assim, valores e normas advindas da Igreja, da escola, da família, da ética profissional, entre outros, se mesclam e se chocam com essas

regras, criando os contornos onde os medos sociais se singularizam e se coletivizam, gerando normas de condutas diferenciadas e ao mesmo tempo compartilhadas. São nesses embates que os dilemas éticos se apresentam, para além da consciência dos mesmos. Estes advêm principalmente das sanções e da quase obrigatoriedade de que as regras e normas compartilhadas devam ser cumpridas. As regras e normas de condutas construídas pelo mundo do tráfico aparecem aos entrevistados como “camisas de força” que levam a submissão. São regras e normas acatadas, não necessariamente por compartilharem delas ou por aceitação como valores éticos e morais que devam reger suas condutas, mas pela força de coerção advinda do medo. As condutas assumidas vão desde a passividade extrema, o que significa entrega total às normas, assim como possíveis transgressões das normas legais instituídas pelo mundo do tráfico, sempre negociadas.

Esse lidar com o cotidiano, estar atento e observar apareceu de forma explícita nas narrativas por meio de relações diretas e indiretas entre profissionais e lideranças locais e/ou traficantes. Tal relação implica em: explicitar as ações a serem desenvolvidas e os objetivos a serem alcançados, os tempos e espaços a serem utilizados. Em última instância cabe a ele – dono do pedaço – dar o aval. As ações que não venham interferir nos negócios dos donos das áreas são bem-vindas e apoiadas. Esse apoio é uma das contrapartidas dadas, que possibilita ao traficante, ser visto como alguém que ajuda as pessoas e as respeita. Muitas foram às falas de que “ele” não interfere no meu trabalho. Aqui se repete a idéia da relação de identificação simbiótica. Os profissionais expressam sentimento de insegurança e medo com a sua segurança pessoal, e, principalmente de impotência e de desesperança, acompanhados de dilemas éticos, com relação às possibilidades de ações junto aos segmentos sociais com quem desenvolvem seu exercício profissional. Em sua prática profissional cotidiana, são “escuta” e “olhares” dos medos e das diferentes formas de violência vivenciadas pela população usuária. São depositários das incertezas e inseguranças vividas e se vêem impotentes e incompetentes para lidar com a questão.

O medo social é produto de uma sociedade violenta e das formas como se constroem as relações de poder e as formas de sociabilidade. E, portanto, somente através de ações integradas, envolvendo as diversas organizações da sociedade e as diversas esferas de poder (executivo, legislativo e judiciário), em articulação permanente com as formas organizadas da sociedade civil que podem ser vislumbradas estratégias de ação para reduzir os índices de violência e criminalidade e a sensação de medo aumentando a potência das pessoas para agir coletivamente. Para tanto, a potência interna de agir, tem que ser maior que a potência das causas externas.

No final desse trajeto, mais do que respostas às indagações, novas perguntas foram se formulando e novas indagações nos inquietando. Como construir e fortalecer coletivamente formas democráticas de convivência, não fundadas em medos, considerando as subjetividades dos sujeitos sociais? Sem dúvida nenhuma, o medo utilizado como instrumento de pressão intencional vem corroendo as formas de agregação social, quebrando vínculos entre as pessoas, gerando uma sociedade cada vez mais segregada, ampliando as distâncias que separam as pessoas, reafirmando preconceitos e estereótipos. O medo social, da forma como vem se expandindo, afeta as pessoas não só na sua vida pessoal, mas, sobretudo no seu trabalho e na sua prática profissional. Diminui a capacidade de crescimento do capital social e de construção de uma sociedade, que tendo clareza dos conflitos, consegue a partir da identificação e construção de desejos comuns, pautados em diferenças e igualdades, ser uma sociedade democrática geradora de caminhos e possibilidades (Espinosa, 1983). Isso não significa ausência de conflitos, ou total concordância. Ao contrário, o “*conatus*” coletivo é exatamente construído tendo como base esses conflitos e essas contradições. A grande tarefa do “*conatus*” coletivo é exatamente, desenvolver uma força interna que saiba interpretar o significado dos obstáculos para poder enfrentá-los e superá-los.

Conclui-se que a violência urbana é um fenômeno sócio histórico complexo e multifacetado produto da sociedade desigual que traz em

suas estruturais sociais formas de violência. Entender as diferentes manifestações da violência urbana, e conseqüentemente, o medo social dela desencadeado com vista senão da superação das diferentes expressões da violência exige ações integradas para, se não solucioná-lo, pelo menos reduzir seu índices e seus impactos na vida das pessoas, dos grupos e da sociedade. Trata de um fenômeno transversal, que recorta o conjunto das instituições e organizações sociais, e das políticas sociais e econômicas e, portanto, deve ser compreendido e explicado em sua totalidade, para que os conjuntos dos obstáculos possam ser identificados e enfrentados. Seu aprofundamento deve visar não só entendimentos e explicações possíveis do fenômeno em qualquer época e lugar, mas devem direcionar para a busca de alternativas partilhadas e compartilhadas no conjunto da sociedade.

Bibliografia

ALMENDRA, C. A. da C. e BAIERL, L. F. (2002). “A dinâmica perversa da violência e do medo social”. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. N. 72. São Paulo: Cortez.

BAIERL, L. F. (2004). *Medo social: da violência visível ao invisível da violência*. São Paulo: Cortez.

_____ (2003). *Personagens, enredos e cenas de violência e medo na cidade de Santo André*. Tese de doutorado, PUC/SP, orientadora Dra. Márcia Regina da Costa.

CALDEIRA, T. P. do R. (2000). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*, trad. Franklin de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: editora 34, EDUSP.

CHAUÍ, M. (1995). “Sobre o Medo”. In: CARDOSO, S. [et. al.] *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Cia. das Letras.

_____ (2003). *Política em Espinosa*. São Paulo: Cia. das Letras.

ESPINOSA, B. de (1983). *Pensamentos Metafísicos, Tratado da Correção do Intelecto, Tratado Político, Correspondência* trad. Marilena de Souza Chauí. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural (Os pensadores).

PAIS, J. M. (2003). *Vida cotidiana: enigma e revelações*. São Paulo: Cortez.